

RELATÓRIO E CONTAS ANO 2015



SEDE
Rua Pinheiro de Campanhã, 468
4300-415 Porto

T 225 193 810 . F 225 193 811
geral@centrojuvenilcampanha.pt

PÓLO
Rua da Estrada Velha, Lugar de Areia, Árvore
4480-107 Vila do Conde

T 252 249 470 . F 252 249 479
geral@centrojuvenilcampanha.pt

ÍNDICE

Órgãos Sociais.....	1
A Administração.....	2
Intervenção Social.....	3
1.Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência e Casa de Acolhimento Temporário – Sede.....	3
2.Creche – Sede.....	7
3.Pré-Escolar – Sede.....	9
4.Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo Vila do Conde..	12
Recursos Humanos.....	17
1. Organograma.....	17
2. Análise dos Colaboradores por Respostas Sociais.....	18
3. Faixas Etárias dos Colaboradores.....	21
4. Rescisões do Contrato de Trabalho.....	22
5. Formação Profissional Ministrada por Entidades Externas.....	23
6. Estágios Profissionais – Sede.....	24
Demonstrações Financeiras.....	25
1. Balanço Individual.....	25
2. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas.....	26
3. Demonstração Individual de Resultados por Funções.....	27
4. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa.....	28
As Contas.....	29
1. Análise à Situação Financeira.....	29
2. Rendimentos.....	29
3. Gastos.....	29
Anexo.....	30

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

1º Secretário Vítor Manuel Santos Oliveira

2º Secretário Joaquim Manuel Ferreira

Administração

Presidente Armando Antero Rodrigues Moreira

Tesoureiro Maria João Ferreira Borges de Avelar

1º Secretário Nuno Miguel de Oliveira Moreira

1º Vogal Joana Isabel Florido Duarte Silva Martins Pereira

2º Vogal Carla Manuela da Silva Pereira

Conselho Fiscal

Presidente José Pedro Florido Duarte Silva Martins

1º Vogal Elisabete Marina Vieira Gonçalves de Vasconcelos

2º Vogal Cecília Maria Cardoso Martins

A Administração

Em 2015, o Centro Juvenil de Campanhã como objetivo principal a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nomeadamente no domínio do apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo, completou duzentos e um anos de atividade, vividos em prol do bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Foram dois anos difíceis, mas também de grande realização institucional e pessoal para todos os colaboradores que ao longo do ano de dois mil e quinze se têm mostrado firmes na construção deste nobre projeto **que é de todos**.

Encerrado mais um ano de trabalho, a Administração não pode deixar de assinalar o seu profundo apreço e reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido pelas nossas equipas técnicas ao longo do ano, pleno de empenhamento e dedicação. A estes profissionais deixamos uma palavra de gratidão

Aos voluntários agradecemos a vossa consciência social e disponibilidade são, para nós, um importante estímulo.

Do ano 2015 destaca-se a candidatura ao programa DLBC – Desenvolvimento Local Base Comunitária, Alteração dos Estatutos para adaptação às regras legais obrigatórias do D.L. nº 172-A/2014, de 14 de novembro, criação de Website onde se divulga as atividades da instituição e suas respostas sociais, história da instituição, regulamentos, estatutos, órgãos sociais, partilha de notícias, eventos e publicitação das contas do exercício, Protocolo de Parceria para Prestação de Serviços de Assistência Médica Dentária, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Participação em estudo da FPCEUP sobre a Qualidade do Acolhimento Residencial em Portugal (EQAR)

A última palavra, dirigimo-la às entidades parceiras, públicas e privadas, que, ao longo destes dois anos e meio, têm confiado e dão um firme apoio à nossa instituição. Este apoio confere ao Centro Juvenil de Campanhã um precioso estatuto de credibilidade a que não podemos deixar de responder senão com mais trabalho, sério e honesto.

Intervenção Social

1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência

Casa de Acolhimento Temporária (Sede)

Análise dos acolhimentos inerente ao ano de 2015 – Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência e Casa de Acolhimento Temporária

Este relatório visa uma avaliação geral da concretização das atividades desenvolvidas no ano cível de 2015 com os jovens acolhidos na Casa de Acolhimento do Centro Juvenil de Campanhã – Sede.

A análise das atividades teve por base o cumprimento das atividades propostas, o Interesse demonstrado pelos participantes, a avaliação dos adultos que acompanharam as crianças e jovens nas diversas atividades, a concretização das aprendizagens/objetivos propostos bem como uma referência aos pontos fortes e fracos das atividades.

O Plano Anual de Atividades contempla atividades de carácter regular e outras que se realizaram em períodos de pausas letivas ou em épocas festivas.

No que refere às atividades de carácter regular, que pretendem acima de tudo promover/fortalecer os vínculos afetivos entre os jovens e entre estes e as equipas de profissionais decorreram de forma positiva. Registou-se uma melhoria nas relações estabelecidas com os jovens, fruto dos momentos de lazer promovidos diariamente, do acompanhamento nas tarefas e responsabilidades diárias bem como das intervenções socioeducativas regulares.

Foram criadas 5 salas de grupo, onde se dividiram as crianças/jovens por faixas etárias, tendo sido atribuído um técnico, educador social e um auxiliar para um acompanhamento mais individualizado.

Com as salas de grupo, para além do acompanhamento ao estudo contemplado no plano de atividades foi possível criar outras atividades de carácter lúdico, tendo para isso sido fundamental o apoio da equipa de voluntários.

Nas atividades desportivas tivemos uma adesão significativa por parte das crianças e jovens, destacando-se o gosto pela atividade do futebol, onde se incluiu um torneio entre diversas Casas de Acolhimento, no qual as nossas crianças e jovens participaram com grande entusiasmo.

Relativamente às atividades programadas para as pausas letivas/interrupções escolares, onde se deu prioridade à realização de atividades a decorrer fora da Instituição (visitas a museus, parques, campismo, praias, etc...), consideramos que na sua maioria, decorreram de modo positivo, tendo as crianças/jovens aderido com interesse e motivação, principalmente no que respeita às atividades de acampamento, promovidas pela associação Terra Viva e as de verão, onde se destacam as idas à praia, aos parques aquáticos e no mês de agosto passado no Polo de Vila do Conde.

Nas atividades celebradas em datas específicas, tais como festa de Carnaval, festa de S. João e o dia de S. Martinho, onde se pretende incutir nas crianças/jovens padrões culturais relacionados com as datas, estas decorreram de forma positiva. Foi possível reforçar os vínculos

afetivos entre a comunidade institucional, tendo quer os jovens quer os colaboradores participado ativamente.

Neste ponto, tivemos ainda a realização da festa de Natal do Centro Juvenil de Campanhã bem como a festa de encerramento de atividades letivas, onde participou toda a comunidade Institucional do CJC.

Na festa de encerramento de atividades as nossas crianças/jovens tiveram a oportunidade de conviver com jovens do sexo feminino, acolhidas no Lar de S. Miguel, promovendo desta forma a confraternização, o desenvolvimento do relacionamento interpessoal, promovendo o divertimento e desenvolvendo a autoestima e a autoconfiança.

Pontos fortes e fracos das atividades

Os pontos fortes:

- A realização concretizada das atividades e a prossecução dos objetivos inicialmente delineados;
- O empenho e envolvimento dos alunos na maioria das atividades desenvolvidas;
- O espírito de equipa e trabalho entre as equipas, com o apoio da equipa de voluntários e de estagiários;
- A disponibilidade de verba para o cumprimento das actividades que implicaram custos;
- A promoção do contacto dos jovens com o exterior bem como com a comunidade envolvente do Centro Juvenil de Campanhã;
- A promoção da relação institucional entre os jovens da Casa de Acolhimento Sede e os do Pólo Vila do Conde.

Pontos fracos:

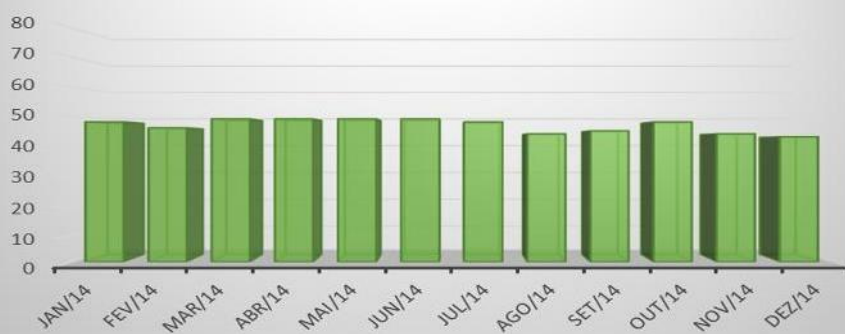
- É necessária uma maior disponibilidade da Equipa Técnica para cumprimento de atividades lúdico-pedagógicas;
- É necessária uma maior iniciativa e propostas de actividades socioeducativas pela Equipa Educativa.

Conclusão

De uma forma geral, a taxa de execução das atividades foi positiva. A maioria das atividades foram concretizadas de acordo com o previsto, dando cumprimento aos objetivos propostos.

As atividades foram organizadas/dinamizadas pelas equipas em colaboração com os voluntários e estagiários do CJC.

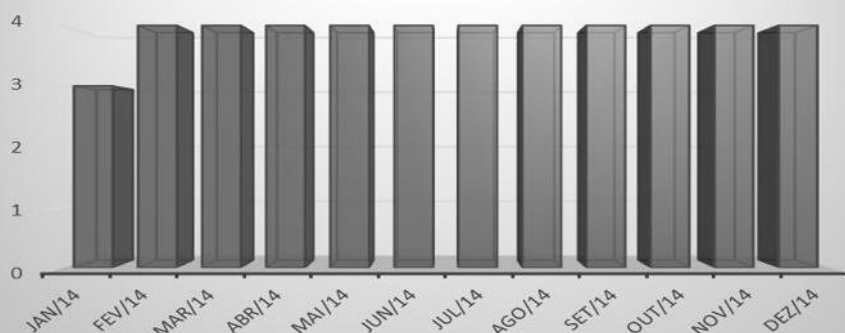
Casa Acolhimento Sede 2014



Casa Acolhimento Sede 2015



Unidade Emergência Sede 2014



Unidade Emergência Sede 2015





2. Creche - Sede

O Plano Anual de Atividades constituiu, em conjunto com o Projeto Educativo e o Regulamento Interno, um dos principais instrumentos de trabalho.

Este documento tem uma vigência anual e define, em função do Projeto Educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procede à identificação dos recursos envolvidos.

A análise centrou-se nos seguintes aspetos:

-) Concretização das atividades propostas
-) Concretização dos objetivos previstos no Projeto Educativo
-) Interesse demonstrado pelos participantes
-) Aspetos positivos/negativos das atividades

Com este documento pretendemos fazer o ponto de situação das atividades desenvolvidas na creche ao longo deste ano civil e também refletir sobre as competências/ objetivos previstos no Projeto Educativo (PE).

De salientar que até Agosto o PE era “De mãos dadas com os afetos” e foi substituído em Setembro por um novo PE “Envolver, Partilhar e Integrar”.

Cumprimento das atividades propostas

Conforme o gráfico, no período de janeiro a Abril estavam previstas 7 atividades e foram realizadas 6, porque chegamos à conclusão que o dia mundial da floresta não se adequava à respetiva faixa etária.

Entre Setembro e Dezembro uma das atividades (bonecos de neve decorados pelos pais) não foi realizada devido ao excesso de pedidos os pais neste mês.

Concretização dos objetivos previstos no Projeto Educativo

Tendo em conta os objetivos proposto no PE, verificou-se que as atividades realizadas foram de encontro aos interesses e necessidades das crianças.

Reconhecemos que todas as crianças podem aprender, embora o façam de forma e com ritmos diferentes, adotando metodologias que atendam a essas diferenças.

De acordo com o PE “**Envolver, Partilhar e Integrar**” trabalhamos a relação escola/família, envolvendo todos os agentes educativos, partilhando saberes, vivências e formas de estar e integrar.

Interesse demonstrado pelos participantes

O interesse demonstrado pelas crianças e pelos pais, é evidente no entusiasmo com que participaram em todas as atividades propostas.

Aspetos positivos/negativos das atividades

No que refere aos aspetos positivos é de salientar:

-) o trabalho em equipa

-) a dinâmica entre salas
-) a participação dos pais sempre que solicitada

No que refere aos aspetos negativos:

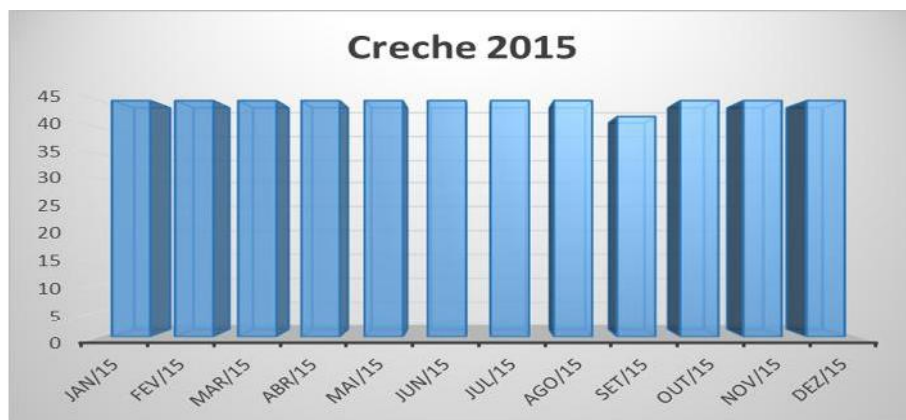
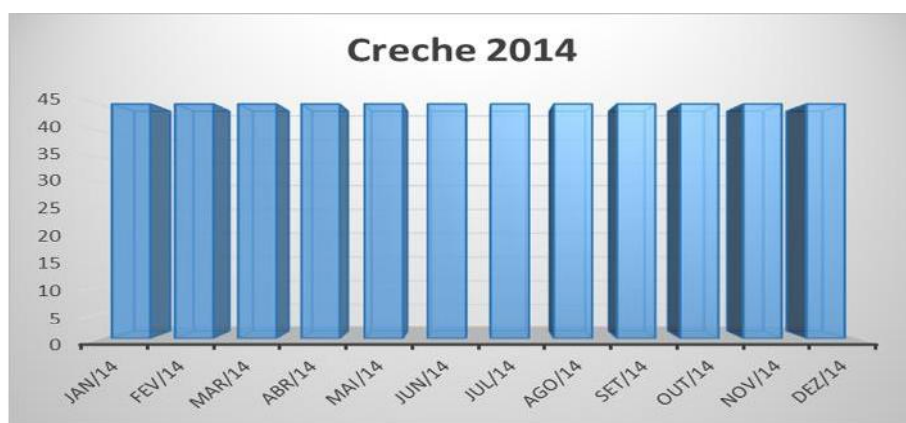
-) a faixa etária com que trabalhamos ser, em algumas atividades limitadora
-) a entrada de novas crianças durante o ano (adaptações)

Conclusão

Podemos concluir que de uma forma geral o saldo foi bastante positivo.

A colaboração entre os profissionais da creche e as famílias foi fundamental, pois só com a colaboração destes podemos construir uma creche para todos com igualdade de oportunidades, quer tenham ou não necessidades educativas especiais.

A participação dos pais excedeu as nossas expectativas, verificando que a relação escola/ família melhorou em comparação aos anos anteriores. Esta mudança deveu-se ao facto da criação de um bom programa de envolvimento de pais contemplado no atual PE.



3. Pré-Escolar - Sede

O presente relatório tem como referência o documento orientador do Plano Anual de Atividades, elaborado no início do ano civil (abrangendo o final de um ano letivo e o início de outro) e pretende fazer o ponto de situação das atividades desenvolvidas entre janeiro e dezembro de 2015.

A análise focalizou-se nas seguintes áreas:

-) Cumprimento das atividades propostas
-) Proponentes e destinatários das atividades
-) Concretização das metas e objetivos previstos no Projeto Educativo
-) Concretização das aprendizagens
-) Interesse demonstrado pelos participantes
-) Pontos fortes e fracos das atividades

Com este documento pretendemos não apenas fazer o ponto de situação das atividades desenvolvidas no Pré Escolar ao longo deste ano civil, mas também tirar algumas conclusões sobre a prossecução das metas e objetivos previstos no Projeto Educativo. De referir que até agosto o projeto educativo era diferente tendo sido revisto e reorganizado um novo Projeto Educativo, ou seja, a partir de setembro o Projeto Educativo é “Educar pela Arte”. Pretendemos também refletir sobre o grau de execução do Plano de Anual de Atividades e sobre os aspetos mais positivos e negativos que até ao momento foram salientados. Com esta reflexão consideramos que estaremos a criar espaço, meios e estratégias para melhorarmos ou consolidarmos a organização e concretização das atividades futuras.

Cumprimento das atividades propostas

Entre janeiro e março estavam previstas 8 atividades, tendo sido realizadas na totalidade o que corresponde a uma percentagem de concretização de 100%.

Os destinatários das atividades foram os nossos alunos de ambas as salas, tivemos o cuidado de respeitar as suas idades e elaborar e adaptar as atividades às suas necessidades.

Entre abril e julho estavam previstas 8 atividades tendo sido realizadas 7, uma vez que o passeio de final de ano não se realizou devido ao facto de estar na semana da época balnear. Referimos que algumas atividades foram realizadas em datas diferentes das previstas.

De agosto a dezembro (novo ano letivo) foram realizadas as atividades previstas no plano anual de atividades. O mês de agosto (pela primeira em funcionamento) foram atividades livres e de exploração de espaços exteriores da escola, uma vez que o número de crianças era reduzido.

Concretização das metas e objetivos do Projeto Educativo

Tendo em conta as metas de aprendizagem para o pré escolar e os objetivos delineados no Projeto Educativo, verificou-se que as atividades tiveram em vista a promoção da cidadania ativa dos alunos, como contribuir para o sucesso educativo, dentro e fora da sala de aula, através de uma escola de qualidade.

A avaliação realizada no final de ano, em articulação com todos os intervenientes educativos envolvidos no trabalho pedagógico e educativo, transmitiu-nos a evolução dos alunos permitindo fazer adaptações curriculares em função das competências e necessidades de cada um.

O nosso projeto, “Educar pela Arte”, surgiu para que se produza uma maior riqueza e inovação de ações e para que se coloque em evidência valores comuns, capazes de dar novas e diversificadas respostas às exigências dos nossos alunos. A exploração das artes levou-nos a trabalhar uma série de géneros artísticos que irão contribuir para o desenvolvimento integral das nossas crianças.

Concretização das aprendizagens

Com a avaliação das atividades obtivemos informação sobre o nível de concretização das aprendizagens. Neste sentido, na quase totalidade de atividades é apontado que as expectativas foram alcançadas.

Interesse demonstrado pelos participantes

O interesse demonstrado pelos participantes (alunos) é verificado pelo seu entusiasmo e dedicação bem como pelo feedback dado pelos encarregados de educação.

Pontos fortes e fracos das atividades

Os pontos fortes foram a realização concretizada das atividades e a prossecução dos objetivos inicialmente delineados. O empenho e envolvimento dos alunos em grande parte das atividades desenvolvidas (em situações esporádicas é também relevado o papel dos encarregados de educação). O espírito de equipa e trabalho entre as duas salas, a partilha e articulação/interdisciplinaridade estabelecidas entre os educadores e estagiárias, a troca de saberes/experiências entre diferentes idades, a aplicação de uma metodologia de projeto assente no saber-fazer, a criação de situações de ensino-aprendizagem assim como os momentos lúdico-educativos proporcionados pelas atividades, a valorização de comportamentos e estilos de vida saudáveis, quer seja a nível do ambiente e da reciclagem, bem como de valores e princípios fundamentais a uma cidadania ativa e consciente, a qualidade dos trabalhos/atuações desenvolvidos pelos alunos no âmbito das atividades propostas, a parceria estabelecida com a Escola de Educação Paula Frassinetti.

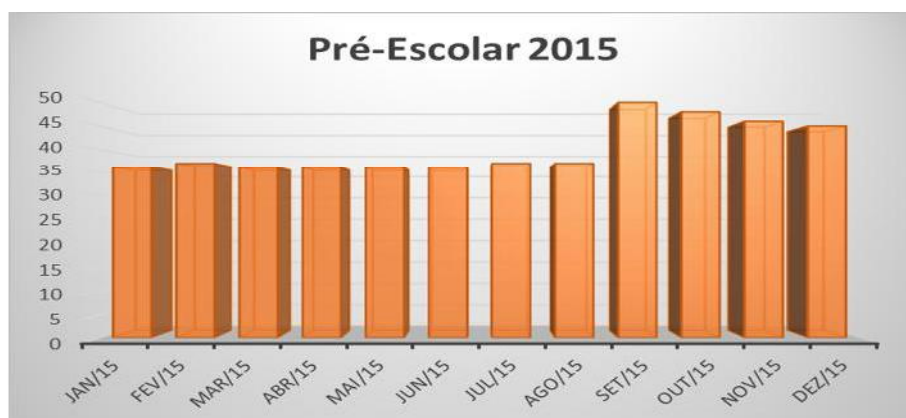
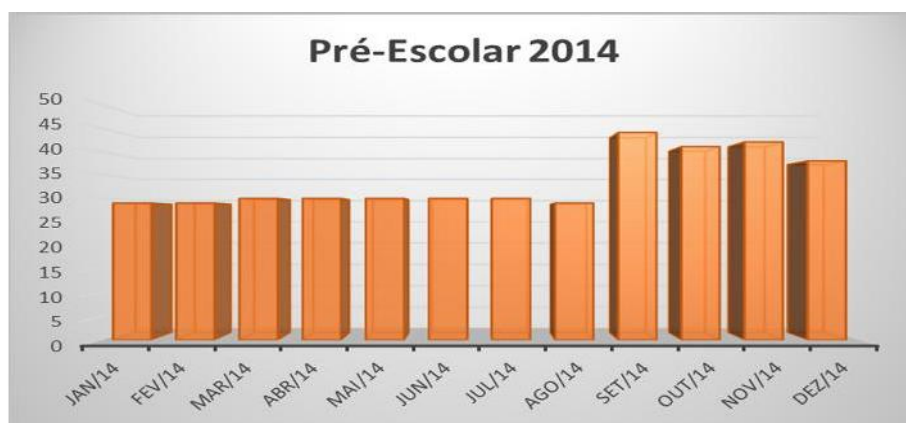
No que respeita aos pontos fracos é de salientar a necessidade de se proceder a ajustes temporais decorrentes de condições externas ou, por outro lado, o pouco tempo disponível para a concretização das atividades.

Conclusão

De uma forma geral, realçam-se os seguintes aspetos positivos: A taxa de execução das atividades foi positiva. A maioria das atividades foram concretizadas de acordo com o previsto, dando cumprimento aos objetivos propostos e, em alguns casos, excedendo mesmo as expectativas iniciais. As atividades foram organizadas/dinamizadas pelas educadoras e estagiárias com a colaboração das auxiliares de ação educativa.

O facto de se ter aprovado uma nova grelha de avaliação de atividades, distinta da anterior, provocou, em situações esporádicas, ligeiros atrasos no preenchimento das referidas avaliações. Torna-se necessário continuar a insistir no preenchimento completo do questionário

adotado, para que se consiga cada vez mais aumentar a quantidade de dados obtidos e, desta forma, continuar a melhorar o rigor de análise do Plano Anual de Atividades.



4. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo de Vila do Conde

Análise dos acolhimentos inerente ao ano de 2015 – Pólo de Vila do Conde

Elaborado a partir do Plano Anual de Atividades de 2015 e das avaliações dos dinamizadores responsáveis por cada atividade em articulação com as avaliações dos jovens que nelas participaram, este relatório visa o cumprimento de uma avaliação geral da concretização das atividades realizadas no ano cível de 2015 com os jovens acolhidos no Centro Juvenil de Campanhã – Pólo de Vila do Conde.

Analizando-se as avaliações dos adultos que acompanharam as diversas atividades realizadas, considera-se que na sua maioria as atividades decorreram de modo positivo, à exceção das atividades previstas para os dias de S. Valentim e o de *Halloween* que não aconteceram em função de outras tarefas e responsabilidades mais prioritárias para as Equipa Técnica e Educativa nas datas programadas.

Assim sendo, do Plano Anual de Atividades aqui em avaliação considera-se que de modo geral este foi do gosto e do interesse dos jovens participantes, principalmente no que respeita ao desenvolvimento das atividades de verão. Sendo um período sem frequência escolar, entende-se que o destaque das atividades de verão assentou no facto de serem caracterizadas pela sua calendarização e cronologia mais regular e inovadora face ao quotidiano dos participantes. Principalmente neste âmbito, percebe-se a motivação e o interesse dos jovens em relação às atividades de verão quando se declararam disponíveis para repetir algumas das atividades realizadas e quando demonstraram desânimo e frustração pelo facto de o Plano de Atividades de Verão não ser cumprido na íntegra¹, essencialmente nas atividades que correspondem a saídas efetivas da Instituição².

Todavia, além da perspetiva importante que valoriza o contacto e o convívio com novas pessoas e novos espaços³, dos diálogos com os jovens e das avaliações efetuadas pelos dinamizadores também se percebe que os participantes gostaram de celebrar datas específicas⁴ e que também estão disponíveis a novas propostas de atividades.

Das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2015, contabilizam-se 137 participações de jovens em 17 actividades, atingindo-se assim uma média de 8 jovens por actividade. Contudo, estes são números inconsistentes pois estão dependentes de diversas

¹ Motivos: Falta de verba canalizada para outras atividades (aumento das semanadas) e indisponibilidade de recursos humanos.

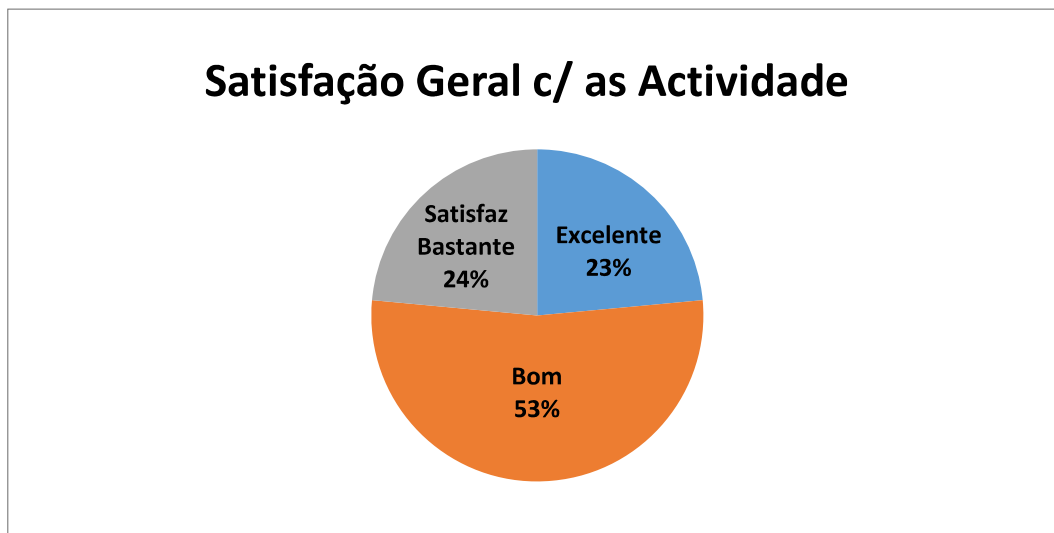
² Como por exemplo: a atividade de *Rally*, o acampamento na Apúlia e a ida ao Jardim Zoológico da Maia.

³ Como por exemplo: a visita dos Escuteiros às instalações Centro Juvenil, a prática de vela, ida aos Bombeiros Sapadores do Porto, ida ao Ginásio Solinca, sessão de *grafitti*, *paintball*, ida ao Parque Aquático de Amarante, entre outras.

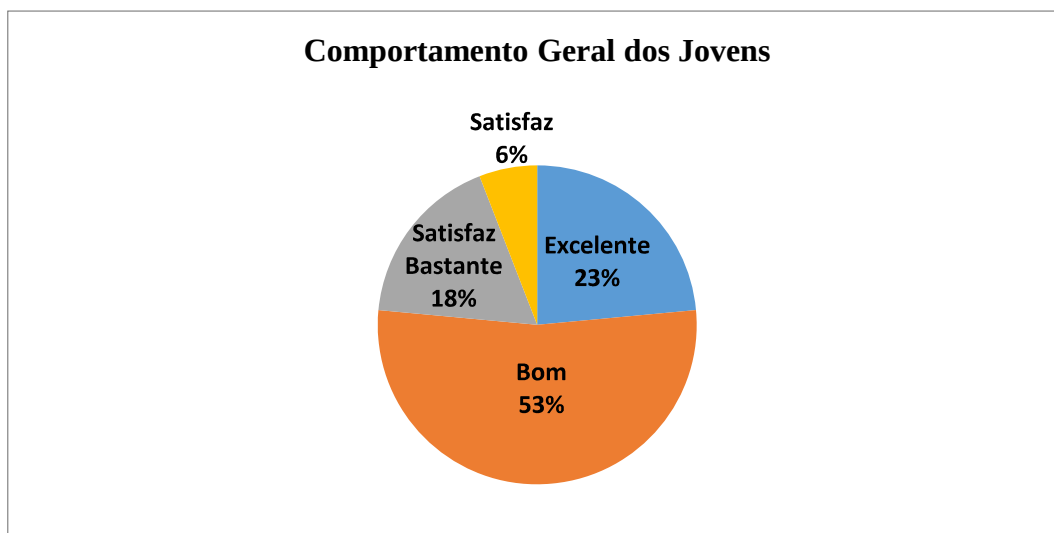
⁴ Como por exemplo: São João, São Pedro, Magusto, festa de fim do ano letivo, Natal, entre outras.

variáveis: períodos do ano em que as actividades são realizadas; número de jovens acolhidos na Instituição e da respectiva condição de acolhimento; resistência e/ou rejeição de jovens na participação efectiva de determinadas actividades; entre outras.

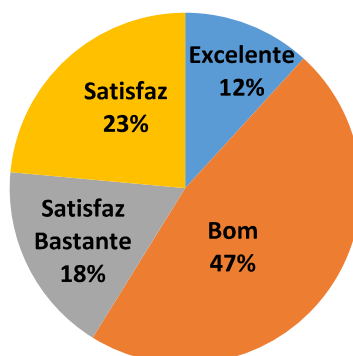
Analisando as fichas de avaliação das actividades, observa-se o grau de satisfação geral dos jovens e dos adultos:



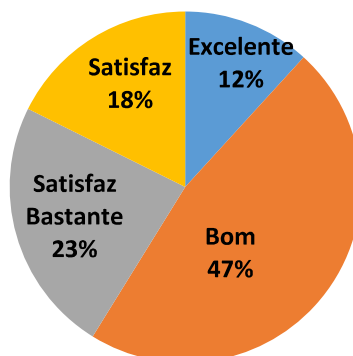
Sendo o grau de satisfação geral positivo, os vários indicadores que encaminham para esta amostra demonstram-se congruentes com o conteúdo apresentado neste primeiro gráfico. Enquanto indicadores, veja-se que ao nível do comportamento, do vocabulário, do respeito mútuo e da participação efetiva todos os resultados também se apresentam positivos e próximos dos rácios do grau de satisfação geral com as actividades:



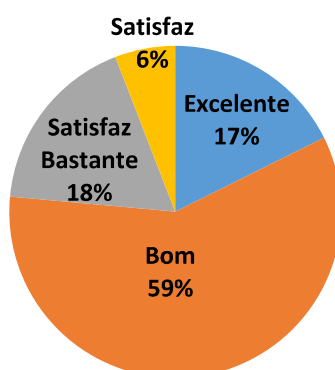
Vocabulário utilizado pelos jovens

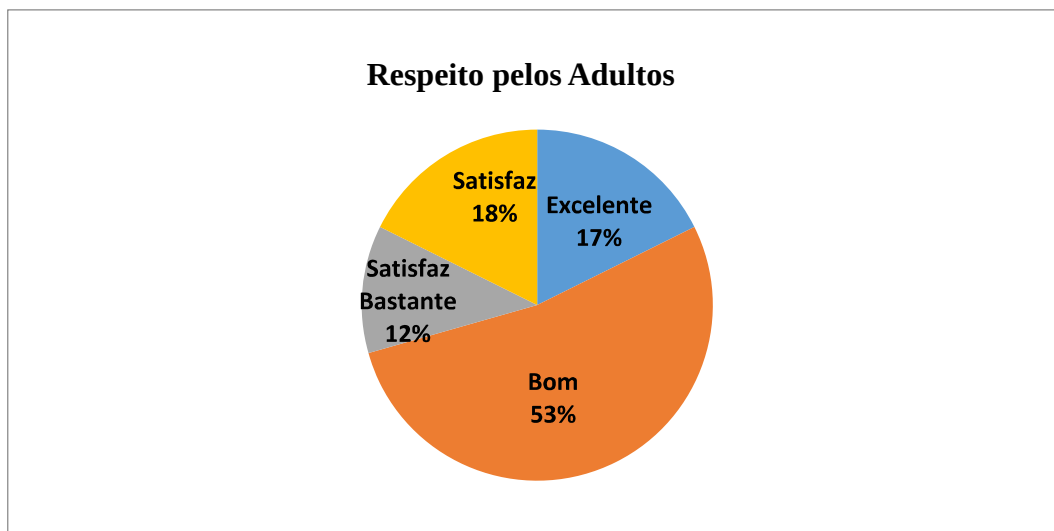


Respeito entre Pares



Participação nas Actividades





Não obstante às atividades de carácter pontual⁵, o Plano Anual de Atividades também contempla as atividades diárias/rotineiras desenvolvidas com os jovens acolhidos no Centro Juvenil. Sendo um grande objetivo das Equipas Técnica e Educativa, consensualmente, estas denotam e registam melhorias acentuadas na relação estabelecida com os jovens, fruto dos momentos de lazer promovidos diariamente⁶, do acompanhamento nas tarefas e responsabilidades diárias⁷ e das intervenções socioeducativas regulares⁸. Com margem de consolidação e crescimento, perspetivam-se as salas de estudo e a prática de atividades lúdico-pedagógicas e desportivas que, pelo facto de acontecerem de forma inconsistente, durante o ano de 2015 não foram aceites com facilidade e pela totalidade dos jovens.

⁵ Como por exemplo: festividades e de atividades de verão.

⁶ Como por exemplo: visualização de TV, jogos de computador e competições de matraquilhos.

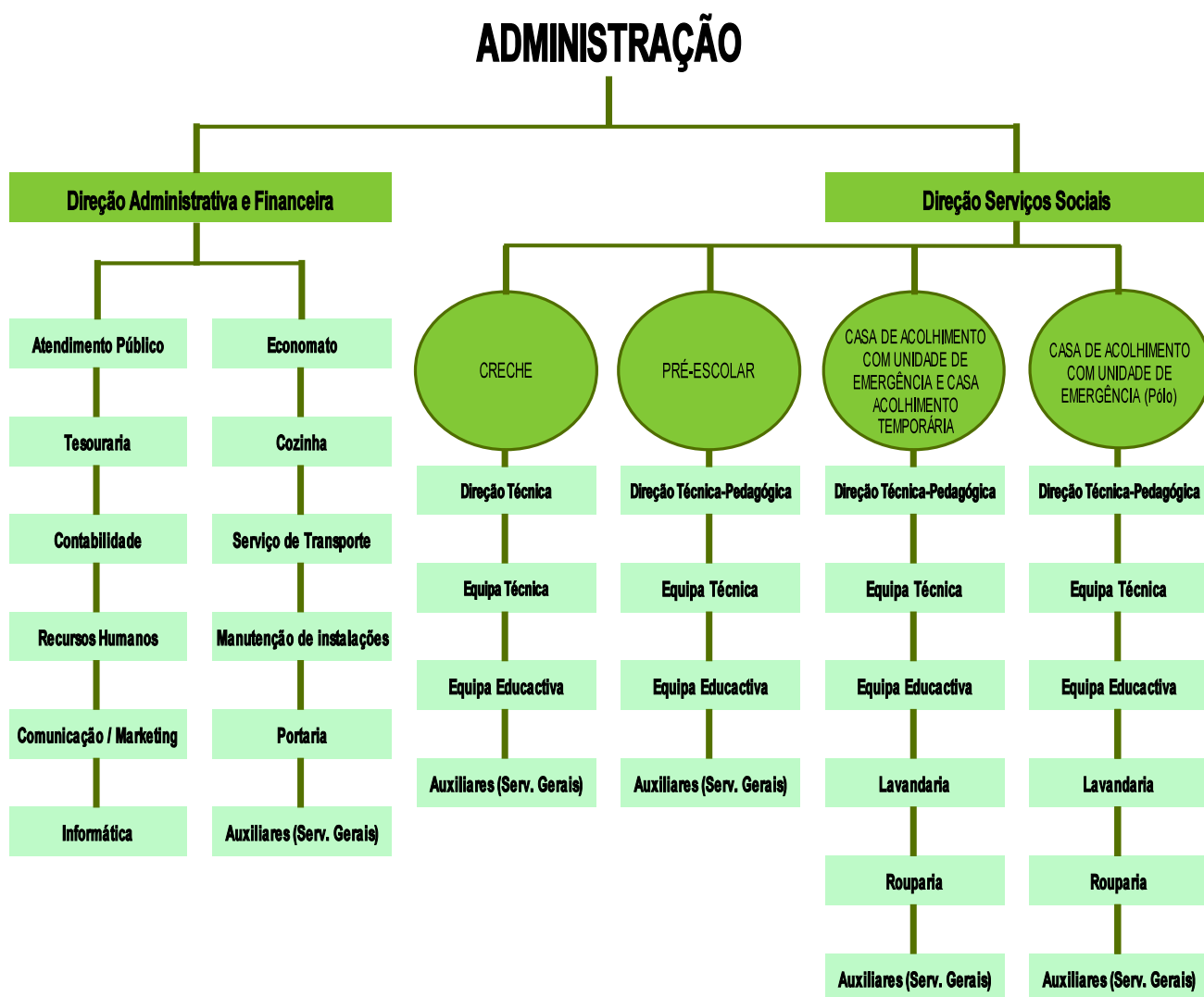
⁷ Como por exemplo: arrumação do quarto e a realização das salas de estudo.

⁸ Como por exemplo: ato de entrega das semanadas.



Recursos Humanos

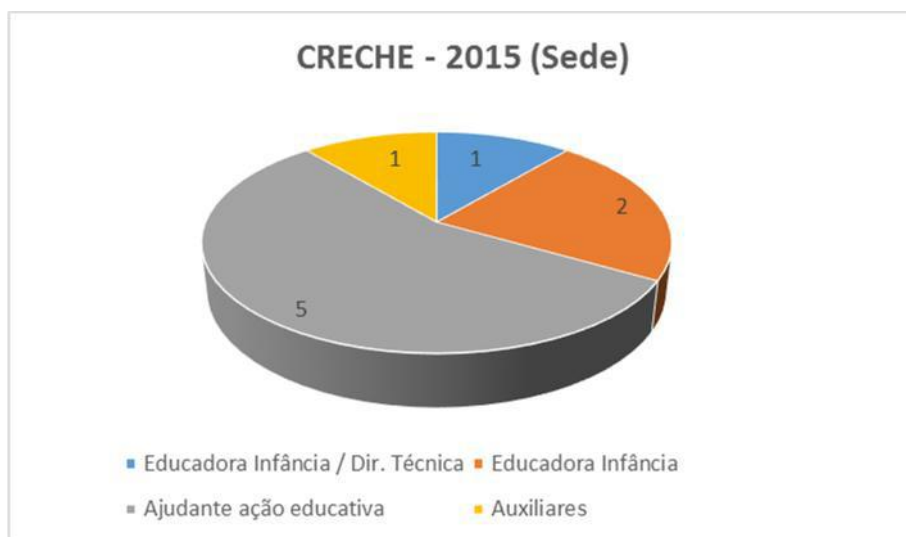
1. Organograma



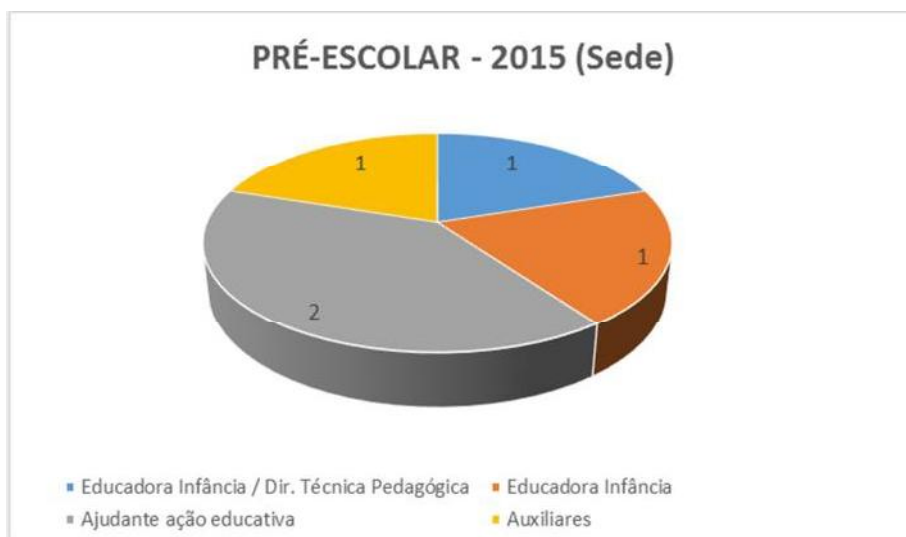
2. Análise dos colaboradores por respostas sociais

No final de 2015, o Centro Juvenil de Campanhã integrava nos seus quadros 88 funcionários e outros que prestam regularmente trabalho em regime de contrato de prestação de serviços que totalizam 5.

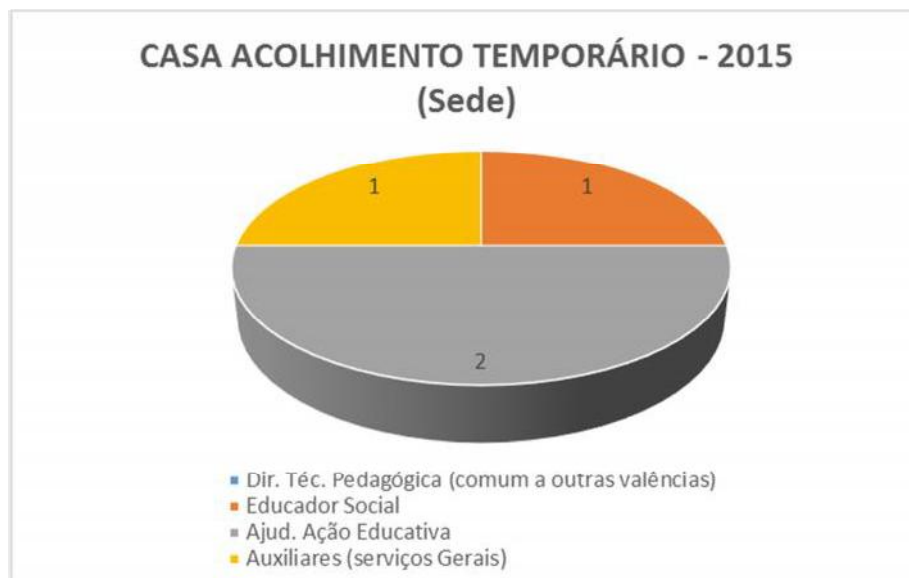
O volume de recursos diminuiu em relação ao ano de 2014.



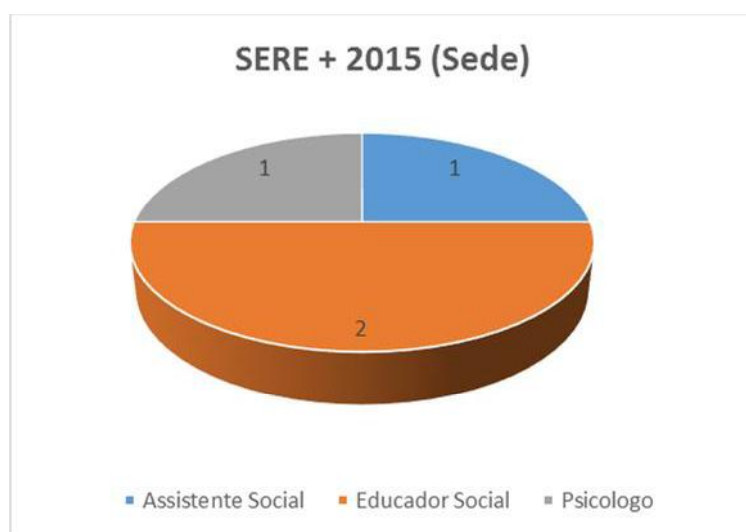
Nesta resposta social registou-se em 2015 o mesmo nº de funcionários comparando com 2014



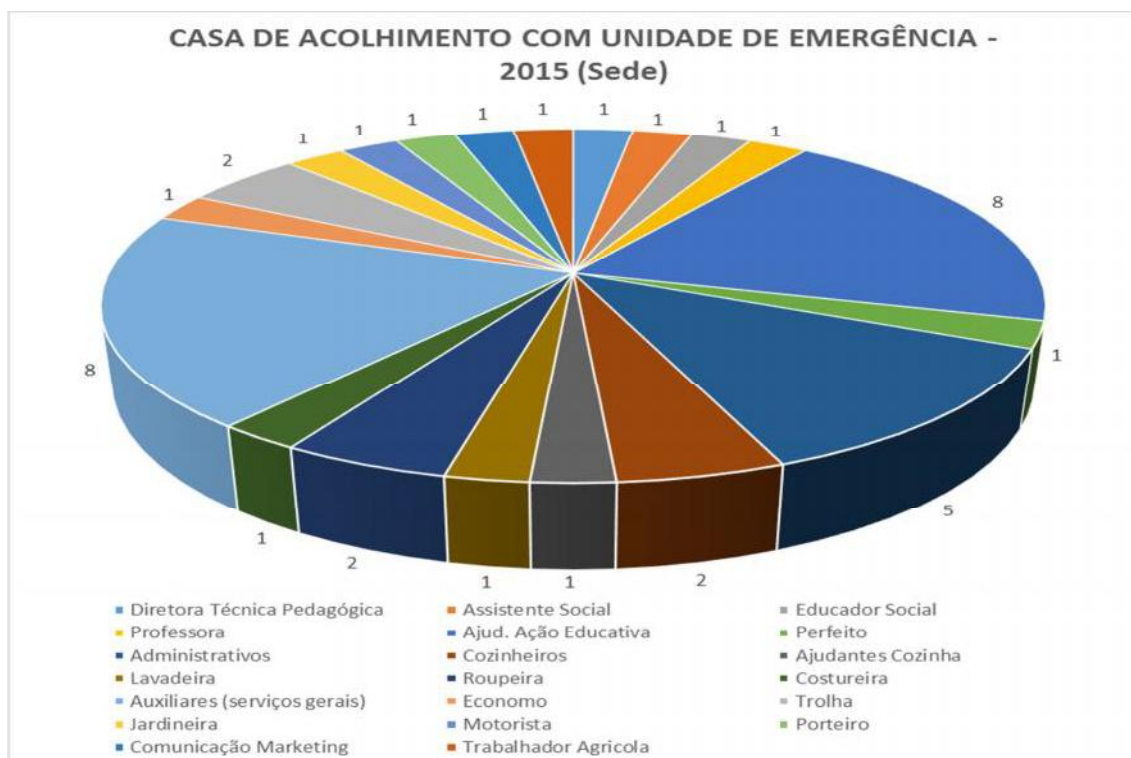
Nesta resposta social registou-se em 2015 o mesmo nº de funcionários comparando com 2014



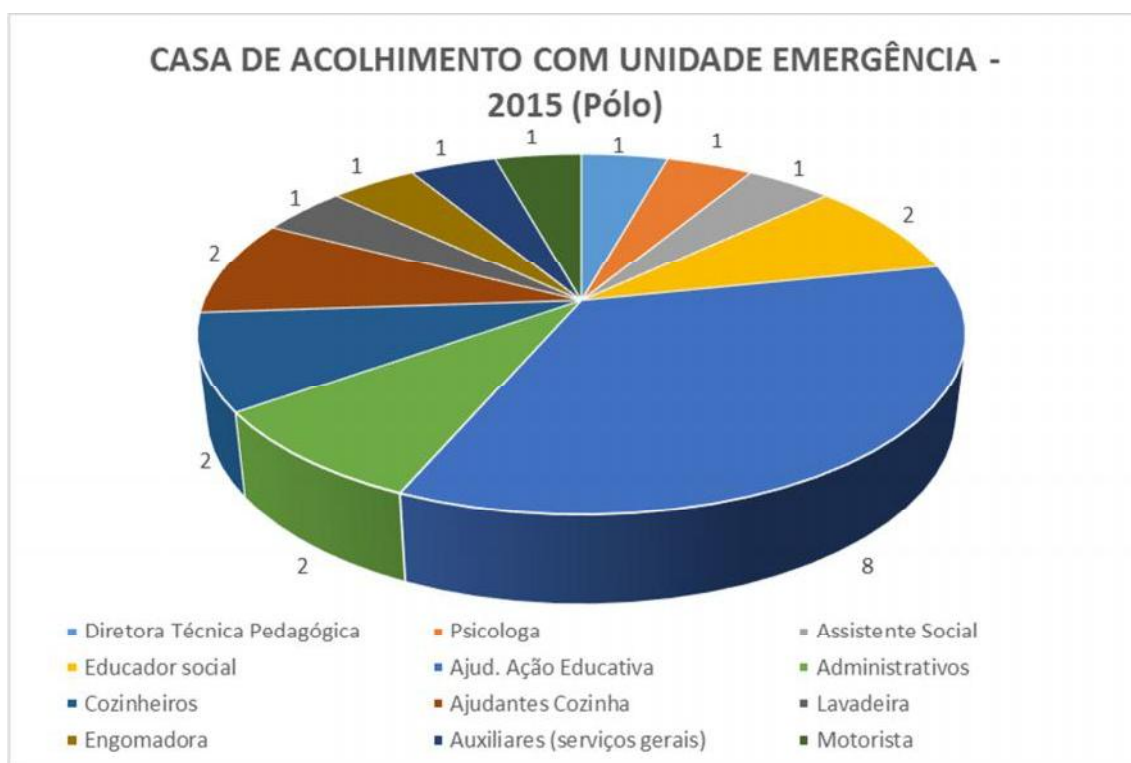
Esta resposta social reduziu 1 funcionário comparativamente ao ano de 2014



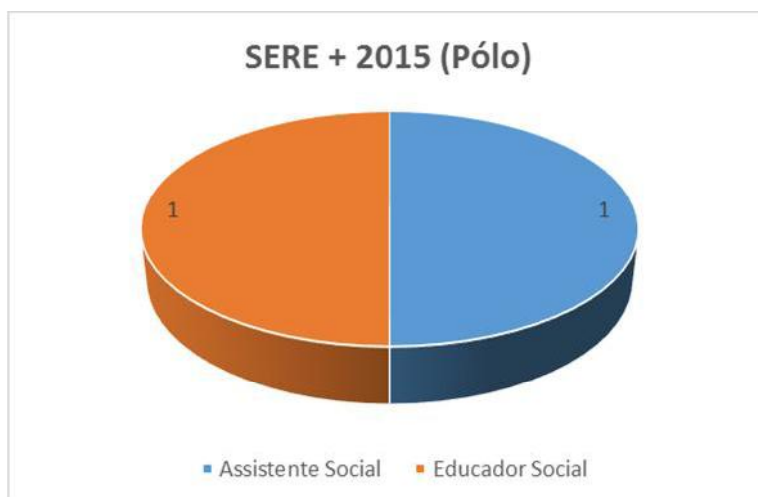
Nesta resposta Social registou-se em 2015 o mesmo nº de funcionários comparando com 2014



Nesta resposta Social registou-se em 2015 uma redução de 1 trabalhador, comparando com 2014 que eram 42.

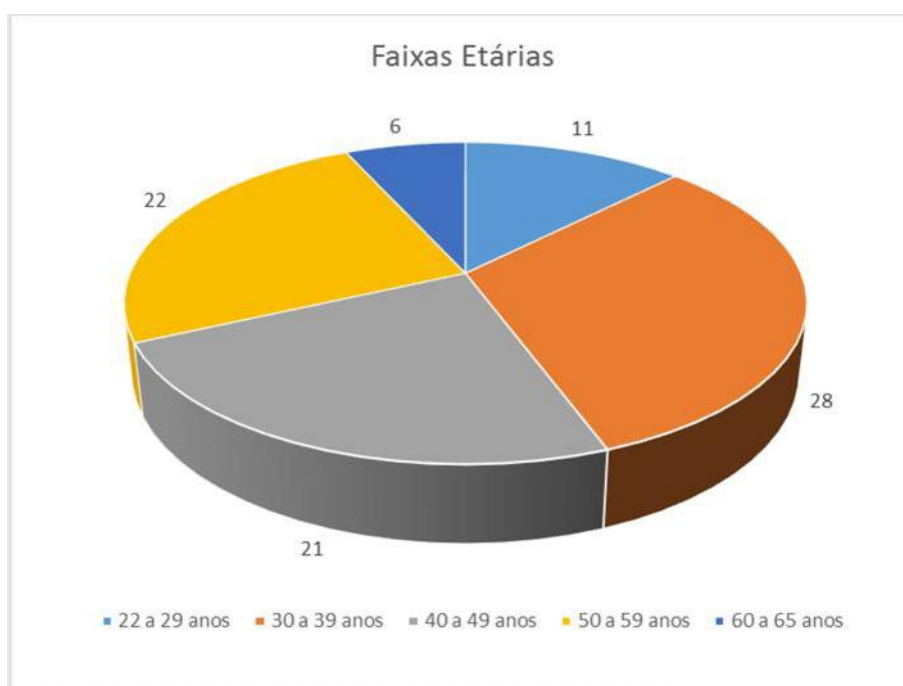


Nesta resposta Social registou-se em 2015 uma redução de 2 trabalhadores, comparando com 2014 que eram 25.

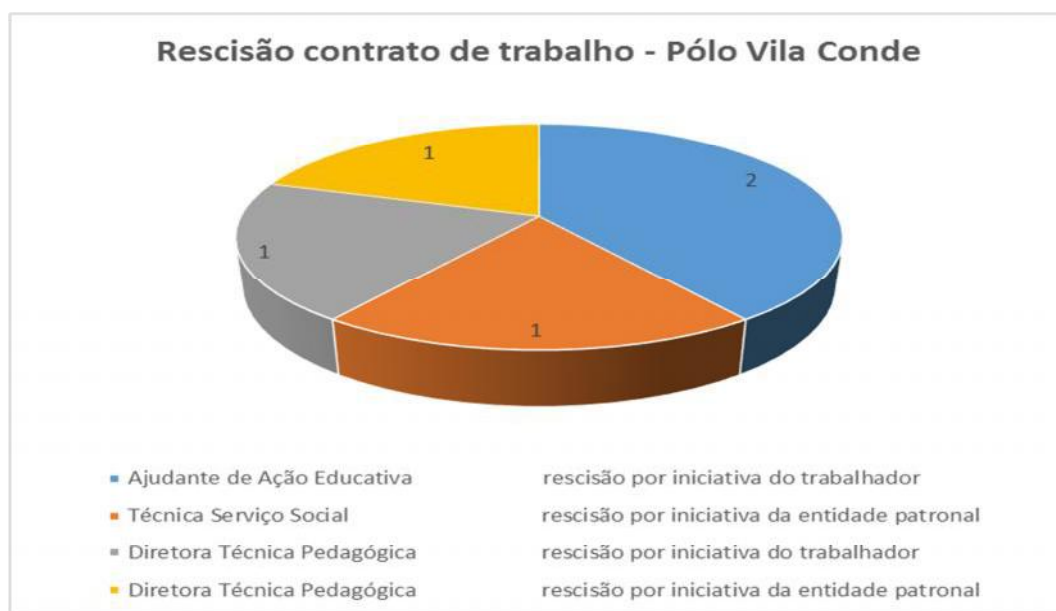
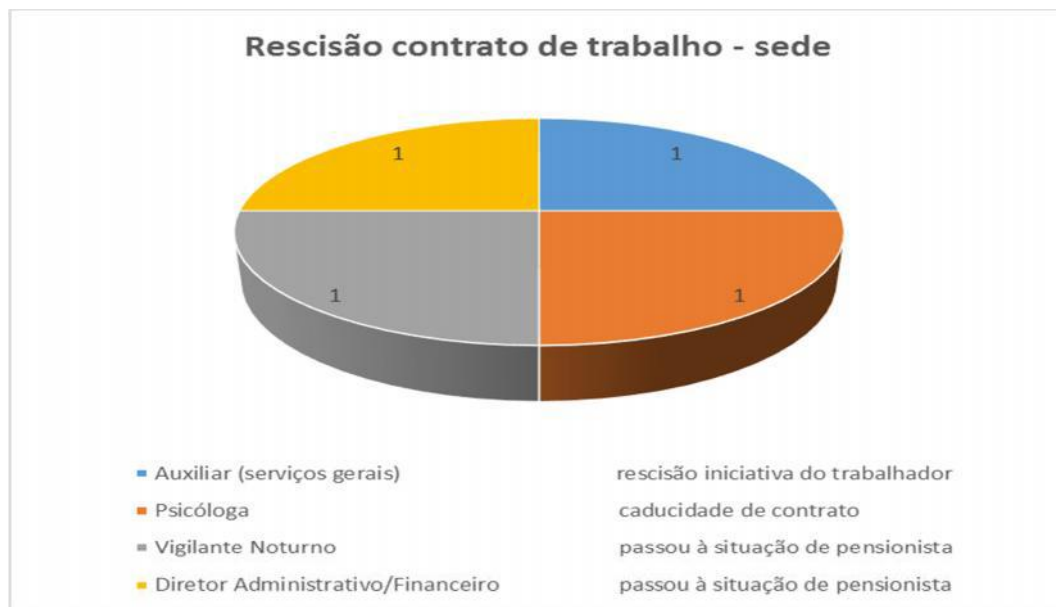


Nesta resposta Social registou-se em 2015 o mesmo nº de funcionários comparando com 2014

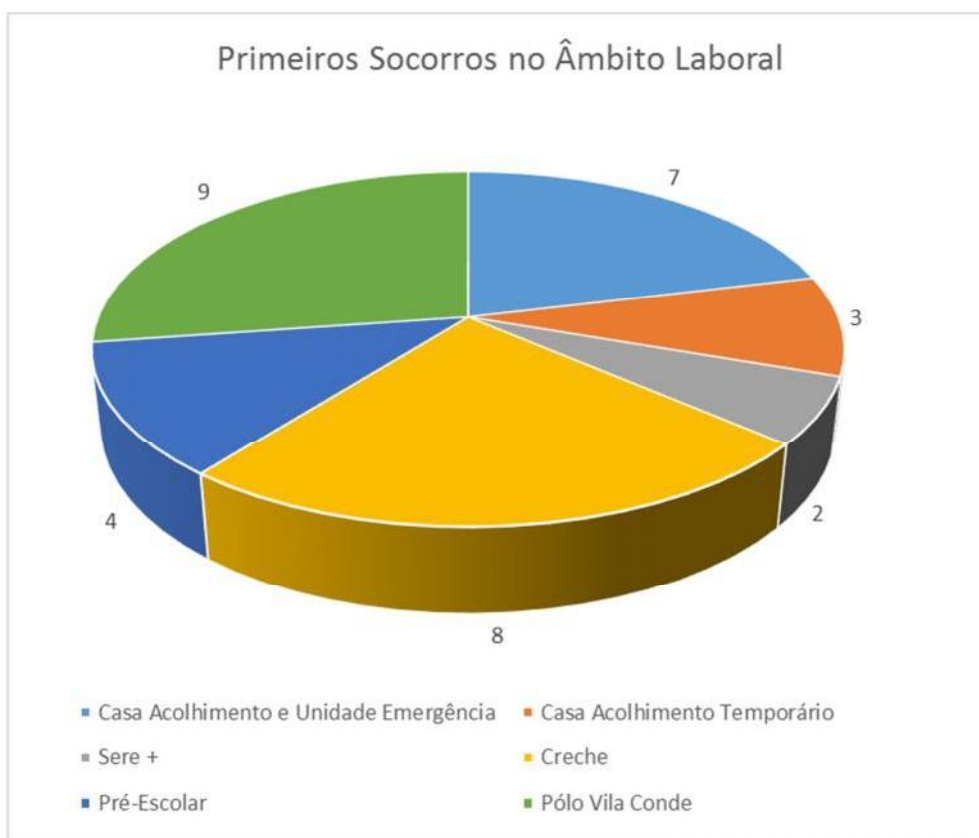
3. Faixas Etárias dos Colaboradores



4. Rescisões do Contrato de Trabalho



5. Formação Profissional Ministrada por Entidades Externas



6. Estágios Profissionais - Sede



No ano de 2015 o Centro Juvenil de Campanhã contou com o apoio de 2 estagiárias. O estágio profissional consiste na formação prática em contexto de trabalho que se destina a complementar e a aperfeiçoar as competências da estagiária, visando a obtenção de uma formação técnico-profissional e deontológica legalmente obrigatória com vista ao exercício da profissão de Psicóloga.

Demonstrações Financeiras
(Euros)
1. Balanço Individual em 31-12-2015

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2.591.950,17	2.595.945,51
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		2.417,69	1.605,89
Investimentos financeiros		2.271,54	1.142,05
Beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		2.596.639,40	2.598.693,45
Activo corrente			
Inventários		8.579,63	6.788,84
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		48.281,80	48.281,80
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		25.068,41	18.508,15
Diferimentos		0,00	3.671,54
Outros activos financeiros		49,88	49,88
Caixa e depósitos bancários		324.281,93	200.514,00
Outros		0,00	0,00
		406.861,65	277.814,21
Total do activo		3.003.501,05	2.876.507,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos		419.725,57	419.725,57
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		534.267,49	300.553,38
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		555.553,73	563.267,24
Resultado líquido do período		266.186,43	233.714,11
		1.797.733,22	1.517.260,30
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		552.310,27	618.807,09
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		50.108,87	77.663,39
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		435.794,70	483.533,37
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		167.553,99	179.243,51
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		1.205.767,83	1.359.247,36
Total do passivo		1.205.767,83	1.359.247,36
Total do capital próprio e do passivo		3.003.501,05	2.876.507,66

2. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas em 31-12-2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		93.376,60	114.408,97
Subsídios à exploração		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais		1.394.103,13	1.503.752,34
Outros		1.729,44	6.249,70
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria empresa		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-247.532,04	-279.117,07
Fornecimentos e serviços externos		-257.469,13	-279.681,04
Gastos com o pessoal		-1.099.939,68	-1.142.537,62
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		382.072,77	293.206,24
Outros gastos e perdas		-14.216,98	-7.878,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		252.124,11	208.402,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-28.654,05	-31.142,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		223.470,06	177.260,45
Juros e rendimentos similares obtidos		80.024,97	74.253,31
Juros e gastos similares suportados		-15.308,60	-17.799,65
Resultado antes de impostos		288.186,43	233.714,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		288.186,43	233.714,11

3. Demonstração Individual de Resultados por Funções em 31-12-2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		93.376,60	114.408,97
Custos das vendas e dos serviços prestados		-247.532,04	-279.117,07
Resultado bruto		-154.155,44	-164.708,10
Outros rendimentos		1.857.140,20	1.877.264,97
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-1.357.408,81	-1.422.218,66
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-37.513,94	-38.844,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		308.062,01	251.494,10
Gastos de financiamento (líquidos)		-19.875,58	-17.779,99
Resultado antes de impostos		288.186,43	233.714,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		288.186,43	233.714,11

4. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31-12-2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		93.376,60	114.408,97
Pagamentos a fornecedores		-355.081,54	-365.221,61
Pagamentos ao pessoal		-733.863,32	-753.092,50
Caixa gerada pelas operações		-995.568,26	-1.003.905,14
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.037.276,01	1.222.104,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		41.707,75	218.199,76
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-44.826,54	-52.989,86
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-3,71	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		391,72	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		57.893,82	37.284,16
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		13.455,29	-15.705,70
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-47.738,67	-54.839,44
Juros e gastos similares		-10.479,31	-10.226,71
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-6.514,84	-2.242,26
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-64.732,82	-67.308,41
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		-9.569,78	135.185,65
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		200.563,88	65.233,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		190.994,10	200.418,79

As Contas

1. Análise à Situação Financeira

Em termos de ativos e passivos financeiros, refletem a operacionalidade do Centro Juvenil de Campanhã, devendo-se referir que os valores a receber e a pagar são meramente pontuais.

2. Rendimentos

Em termos de estrutura a decomposição dos rendimentos apresenta uma diminuição de aproximadamente 2,07% comparativamente a 2014. A diminuição de rendimentos deveu-se à variação de frequência mensal dos nossos utentes tendo o Instituto da Segurança Social procedido à dedução de verbas por utente mais concretamente à Casa de Acolhimento – sede e Casa de Acolhimento com vagas de Unidade de Emergência - Pólo de Vila do Conde.

	2014	2015
Serviços Prestados / Proveitos	114.408,97 €	93.376,60 €
Subsídios a Exploração e Donativos	1.766.511,84 €	1.607.390,10 €
Outros Rendimentos e Ganhos	110.753,13 €	249.750,10 €
Total	1.991.673,94 €	1.950.516,80 €

3. Gastos

Os gastos suportados em 2015 apresentam uma redução de aproximadamente 4,28% aos verificados em 2014.

	2014	2015
Fornecimentos e Serviços Externos	279.681,04 €	257.469,13 €
Gastos com Pessoal	1.142.676,57 €	1.099.939,68 €
Outros Gastos e Perdas	7.334,97 €	8.745,79 €
Gastos de depreciações e Amortizações	31.142,16 €	28.654,05 €
Custos e Perdas Financeiras	17.976,61 €	20.665,69 €
Total	1.478.811,35 €	1.415.474,34 €

Anexo**1. Identificação da Entidade**

O Centro Juvenil de Campanhã, é uma instituição particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos sob a forma de Associação e em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, procedeu a Direcção-Geral da Segurança Social ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública com sede social na Rua Pinheiro de Campanhã, 468 – 4300 415 Porto, tem como atividade a promoção da população infantil e juvenil de todo o país, bem como dos países de língua oficial portuguesa, numa perspectiva de solidariedade social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

-) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
-) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
-) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
-) NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
-) Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2010, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, o Centro Juvenil de Campanhã preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2011 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2010 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2010.

A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de Dezembro de 2010, apresenta-se de acordo com a descrição do Balanço.

A reconciliação do resultado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2015, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, não obteve qualquer alteração.

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes às correções de erros.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Centro Juvenil de Campanhã na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o CJC continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao CJC a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CJC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro Juvenil de Campanhã adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que o CJC detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

-) Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
-) Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

) Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato o CJC avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui o caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

-) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
-) fundos acumulados e outros excedentes;
-) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, o CJC analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) o CJC está isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construções	2.611.631,15	6.851,10				2.618.482,25
Equipamento básico	245.905,67	6.051,24				251.956,91
Equipamento transporte	171.997,53					171.997,53
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	103.259,36	11.756,37				115.015,73
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	3.539.438,70	24.658,71	0,00	0,00	0,00	3.564.097,41
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	438.100,08	20.705,26				458.805,34
Equipamento básico	241.641,89	2.113,34				243.755,23
Equipamento transporte	165.297,53	2.500,00				167.797,53
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	98.204,29	3.335,45				101.539,74
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	943.493,19	28.654,05	0,00	0,00	0,00	972.147,24

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	432.694,70		432.694,70	471.440,89		471.440,89
Locações financeiras			0,00			0,00
Contas caucionadas			0,00	8.992,48		8.992,48
Contas bancárias de factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Descobertos bancários contratados			0,00			0,00
Outros empréstimos - Formação	3.100,00		3.100,00	3.100,00		3.100,00
Total	435.794,70	0,00	435.794,70	483.533,37	0,00	483.533,37

Em 31 de Dezembro de 2015, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Até um ano	3.100,00		3.100,00	12.092,48		12.092,48
De um a cinco anos			0,00			0,00
Mais de cinco anos	432.694,70		432.694,70	471.440,89		471.440,89
Total	435.794,70	0,00	435.794,70	483.533,37	0,00	483.533,37

7. Inventários

Em 01 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.865,93	61.519,53	215.526,81	6.788,94	60.667,22	188.617,19	8.579,63
Produtos acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	8.865,93	61.519,53	215.526,81	6.788,94	60.667,22	188.617,19	8.579,63
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				279.123,33			247.493,72
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2015
Prestação de serviços	385.691,33	314.979,02
Quotas dos utilizadores	114.408,97	93.376,60
Quotas e jóias	1.485,00	645,00
Promoções para captação de recursos	256.509,80	211.557,53
Outros não especificados	13.287,56	9.399,89
Juros	196,62	790,11
Royalties		
Dividendos		
Total	385.887,95	315.769,13

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2014	2015
Centro Regional Segurança Social	1.503.752,34	1.394.103,13
Creches	127.117,90	140.381,40
Jardim de infância	77.487,76	92.880,18
Lares e internatos de crianças e jovens	1.207.049,60	1.067.852,51
Centro de acolhimento temporário	70.922,04	71.773,44
Unidade de emergência	21.175,04	21.215,60
Autarquias e outros	1.234,00	1.729,44
Apoios diversos	1.234,00	1.729,44
Do Exterior	5.015,70	0,00
Fundo Social Europeo	4.263,34	
Orçamento Segurança Social	752,36	
Total	1.510.002,04	1.395.832,57

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de “92” e em 31/12/2015 foi de “88”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	922.423,52	883.717,17
Benefícios Pós-Emprego		
Indeminizações	17.248,58	13.400,00
Encargos sobre as Remunerações	195.187,77	191.983,15
Seg. Ac. No Trabalho e Doenças Profissionais	7.716,70	9.215,76
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	100,00	1.623,60
Total	1.142.676,57	1.099.939,68

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2015
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	15.160,89	22.311,15
Outros Devedores		
Perdas por Imparidade		
Total	15.160,89	22.311,15

12.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2015
Gastos a reconhecer		
Juros de mora	3.671,54	0,00
Total	3.671,54	0,00
Rendimentos a reconhecer		
...		
Total	0,00	0,00

12.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2015
Caixa	3.107,14	1.907,89
Depósitos à ordem	111.856,01	70.871,84
Depósito a prazo	85.550,85	251.502,20
Outros	49,88	49,88
Total	200.563,88	324.331,81

12.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	419.725,57			419.725,57
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	300.553,38	233.714,11		534.267,49
Outras variações nos fundos patrimoniais	563.267,24		7.713,51	555.553,73
Total	1.283.546,19	233.714,11	7.713,51	1.509.546,79

12.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Fornecedores c/c	172.068,36	128.275,76
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
Total	172.068,36	128.275,76

12.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	48.281,80	48.281,80
Outros Impostos e Taxas		
Total	48.281,80	48.281,80
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	7.124,83	10.028,40
Segurança Social	69.733,88	39.933,90
Outros Impostos e Taxas	133,76	146,57
Total	76.992,47	50.108,87

12.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal		1.598,76		1.598,76
Remunerações a pagar		1.598,76		1.598,76
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de investimentos		420.839,00		443.543,22
Credores por acréscimos de gastos		30,00		1.541,74
Outros credores		151,75		151,75
Total	0,00	422.619,51	0,00	446.835,47

12.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2014	2015
Subcontratos		
Serviços especializados	78.326,37	76.461,62
Materiais	25.232,78	19.227,48
Energia e fluidos	107.699,58	102.535,20
Deslocações, estadas e transportes	11.557,63	10.629,68
Serviços diversos	56.864,68	48.615,15
Total	279.681,04	257.469,13

12.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	145,09	133.337,71
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	74.056,69	79.234,86
Outros rendimentos e ganhos	293.061,15	248.735,06
Total	367.262,93	461.307,63

12.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Impostos	366,98	114,10
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas de investimentos não financeiros		
Outros gastos e perdas	7.334,97	8.745,79
Total	7.701,95	8.859,89

12.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15.734,35	14.150,85
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	2.242,26	6.514,84
Total	17.976,61	20.665,69
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	196,62	790,11
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	196,62	790,11
Resultados financeiros	-17.779,99	-19.875,58

12.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Administração do Centro Juvenil Campanhã em 10 de Março de 2016.

Porto, 10 de Março de 2016

A Administração

Centro Juvenil de Campanhã
Rua Pinheiro de Campanhã, 468 – 4300-415 Porto
NIF:501 275 983

Francisco de Paula Pereira

António Miguel Pereira *Carla Pereira*